

DEMOCRACIA E SOCIEDADE: OS VALORES DE AUTO-EXPRESSÃO

VAZ, Clóvis Irian Alves.¹
ALVES, Gustavo Biasol.²

RESUMO

A sociedade e os valores de auto-expressão tem relações imbricadas, mas necessárias ao exercício da democracia participativa? O sistema democrático por si só impõe a sociedade o exercício de valores de autor-expressão? O que são esses valores de auto-expressão? As respostas, nem sempre completas ou simples, leva em consideração a que tipo de democracia está se referindo. Isso porque as sociedades podem ser mais ou menos democráticas, ou não serem democráticas verdadeiras. Quando os valores de auto-expressão estão fortalecidos, em detrimento dos valores de sobrevivência, pode-se aferir que se trata de sociedades complexas e avançadas, denotando por natureza, serem democracias bem consolidadas. Haveria, então, a compatibilização dos valores verdadeiramente exercidos na sociedade, com os idealizados, ou seja, com os artificialmente construídos, por exemplo, os declarados na Constituição Federal. Pois quando se trata de valores correlacionados a aspectos aplicáveis as relações sociais, e em análise comparativa com os idealizados, o que se destaca, na sociedade brasileira, é as incongruências, e a inversão de valores. O Brasil tem valores de auto-expressão, são até constitucionalmente expressos, mas na realidade social são deturpados em sua aplicação, em seu exercício, existem controvérsias. Valores como liberdade, tolerância, honestidade e participação parecem apologias vazias. O discurso real é de manutenção de valores conservadores, autoritários e intolerantes. Essa disparidade no exercício de valores indica um grau peculiar de imaturidade social, destoando do pretendido pela Constituição Federal de 1988, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: valores, auto-expressão, democracia, sociedade, direito.

1 INTRODUÇÃO

Chegar a definição de quais valores de auto-expressão (INGLEHART, 2002) eleitos ou almejados por uma sociedade democrática, é uma tarefa complexa das ciências políticas, econômicas, jurídicas e sociais. Apesar de cada sociedade ter um núcleo solidificado de valores, eles possuem uma ampla margem para se modificarem, ao ritmo dos processos das relações sociais e históricas. É um processo de dinâmicas aleatórias, entre avanços e retrocessos. Exige-se constantes reavaliações, é um esforço interdisciplinar, das condições sociais, econômicas e políticas, que vão se interconectando.

A questão central deste artigo é o escrutínio sobre esses valores de auto-expressão, na consolidação da democracia participativa. A sociedade brasileira tem fortalecido o exercício da cidadania como um valor social? Quais impactos da corrupção na sociedade, no Brasil e na América

¹Mestrando de Ciências Sociais da Unioeste e graduando de Direito da FAG. Email: clovis.irian.vaz@gmail.com

²Doutor em Ciências Sociais e professor do Mestrado de Ciências Sociais da Unioeste. Email: gbiasoli@uol.com.br

Latina? Que valores são aceitos socialmente, há ou não um compartilhamento de valores nesta região? Que valores emanam da experiência democrática das sociedades latino-americanas? A democracia latino-americana é um reflexo ou não dos valores próprios de suas sociedades? A corrupção influi na coesão social e na democracia? O exercício pleno da cidadania, exige ou não clareza de valores comuns a todos os indivíduos, a bem de se consolidar e fortalecer-se a coesão social e a própria democracia? Quanto que os valores de auto-expressão podem influenciar o desenvolvimento dos países? Estas e outras problematizações, nem sempre possíveis de serem completamente respondidas, decorreram de um processo de discussões e debates, que permearam uma das aulas da disciplina de Democracia e Participação, do curso de mestrado em Ciências Sociais, da Unioeste, no período de abril a julho de 2017, surgindo alguns caminhos para análise das questões, partindo-se de uma visão macrosociológica.

A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica e discussões e debates em grupo. A revisão bibliográfica decorreu-se com base em obras de autores referenciais, sobre o tema de democracia e participação, disponíveis na biblioteca da Unioeste – Campus Toledo, e as discussões e debates foram realizadas em datas predefinidas, nas dependências do campus. A hipótese fundamental deste artigo é de que a sociedade brasileira, ainda se encontra num processo de consolidação da democracia, e que a formação da consciência política participativa, na sociedade, é minimamente fomentada, reflexos da cultura própria do brasileiro, que não privilegia valores de auto-expressão e não solidificou um capital social próprio, e ainda, contribuindo para esse processo, tem-se a corrupção, na sociedade e na própria política, um outro fator cultural arraigado, que interfere na cidadania e a democracia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As mudanças culturais sofridas nas últimas décadas, no mundo, influenciaram toda uma rede de intrincadas relações sociais, políticas e econômicas. Para Inglehart (2002, p. 133) é justamente “as mudanças culturais coerentes que propiciaram o surgimento de uma sociedade industrial, e o que leva ao abandono de sistemas e valores tradicionais”.

É nesse sentido que a cultura determina consequências importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, e de certa maneira, os valores, por mais distintos que sejam, direcionam as instituições democráticas. Huntington (2002, p.11) preleciona que a “cultura é importante” para o desenvolvimento econômico e político. O autor em seu texto traz o estudo de Lawrence Harrison (1985), que demonstra paralelos entre os países da América-latina, e aponta como maior obstáculo ao desenvolvimento regional, justamente, a cultura dos países (HUNTINGTON, 2002, 12). Mas ela não só se relaciona a questão econômica, mas também, aos aspectos da democratização política. Obviamente, que chegar a esta conclusão seria simplista demais, mas então como realmente os valores culturais da sociedade vão remover ou modificar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e político, e favorecer o progresso e a democracia?

Harrison (2002, p. 22) aponta que a cultura se tornou a nova base do desenvolvimento e do progresso humano, sendo estabelecida como um novo paradigma. Para o autor, o maior complicador do estudo da cultura é o fato de se relacionar a um “contexto de grande complexidade, que envolve múltiplos fatores, tais como: psicológicos, institucionais, políticos, geográficos e de outras naturezas”, essencialmente, “a cultura não é uma variável independente” (idem, p. 30). A cultura é uma soma de variáveis mutáveis e espontâneas, mas que se concentram em determinados momentos, estabilizando-se para uma comunidade, uma sociedade ou um bloco de países, quando enfim, consolidam valores universais, pontua Fukuyama (2002, p. 161).

Fukuyama (2002, p. 155) trabalha com o conceito de capital social, que assim definiu:

O capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência. (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Conforme Fukuyama (2002) é imprescindível que os valores compartilhados sejam os corretos, pois caso contrário, não irão compor o capital social, e atuarão como desagregadores da confiança. Exemplifica com o caso da máfia italiana, que apesar de ter um código de normas rígidas, estimulam seus membros a uma constante desconfiança entre si. O autor afirma que “toda sociedade tem um estoque de capital social”, tendo como fonte principal, as famílias.

É possível compor grupos sociais sem capital social, porém Fukuyama (2002) alerta, que este fato aumenta a necessidade de mecanismos de controle, para que seja bem-sucedido. Chamou estes mecanismos de “custos de transação”, e que seriam completamente eliminados, com a fixação do capital social, pois este se pauta na honestidade, reciprocidade e frugalidade, por exemplo, o que, para ele, estimularia com facilidade um maior grau de inovação e adaptação dentro do grupo (FUKUYAMA, 2002, pp. 156-157).

A corrupção é um valor negativo da sociedade, e conforme Lipset e Lenz (2002, p. 176) exerce “efeitos deletérios sobre muitos aspectos do desenvolvimento econômico”. Eles apresentam um rol de estudos científicos, que atribuem a corrupção, a redução da taxa de crescimento do PIB, redução dos níveis de investimentos, redução dos gastos públicos com educação, além de favorecer a desigualdade de renda e o aumento da pobreza.

Lipset e Lenz (2002, p. 173) definem a corrupção como “os esforços para garantir a riqueza ou o poder por meios ilegais – lucros privados à custa de gastos públicos”. É nitidamente perceptível essa definição quando observamos as nações latino-americanas, que apresentam altos indicadores de percepção de corrupção, principalmente dentro das classes economicamente superiores, mais especificamente na classe política. No Brasil há uma mentalidade generalizada de tolerância para com a corrupção, e exige uma drástica mudança de comportamento cultural. Nesse sentido Lipset e Lenz (2002, p. 178) relatam que determinados fatores culturais e institucionais foram significativos para reduzir a corrupção, e fortalecer a democratização, em diversos países.

Conforme o relatório da Transparência Internacional (Índice de Percepção de Corrupção - IPC, 2016), o Brasil tem uma variação anual crescente, no índice de percepção de corrupção (IPC), em 1997, encontrava-se na posição 36, em 2007, saltou para 72, e em 2016 (último relatório), passou para a posição 79. Atualmente, o país latino-americano, melhor colocado no relatório é o Uruguai, na posição 21, na pior posição se encontra a Venezuela, na posição 166, de 176 países avaliados.

O que os 20 países, melhores colocados da lista do IPC, sendo 13 países da Europa Central, 5 países da Ásia, e 2 países da América do Norte, possuem em comum? Lipset e Lenz (2002) trazem a resposta, de que o fato comum entre todos esses países, foi que desenvolveram uma

sólida cultura de valores de auto-expressão, e o fomento de poderosos mecanismos de redução da corrupção.

2.1 AS RELAÇÕES DA DEMOCRACIA, CULTURA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO.

Os estudos que demonstram que a democracia e a cultura unidas transformam as realidades socioeconômicas, é uma temática que ressurgiu nestas últimas décadas (INGLEHART, 2002; HUNTINGTON, 2002; HARRISON, 2002; FUKUYAMA, 2002). O tema é controverso, uma vertente sustenta que existe uma resistência cultural no comportamento econômico, ou seja um extremo tradicionalismo, e a outra vertente, que apresenta forte indícios de que as modificações sociais e culturais, são a base da verdadeira transformação mundial das sociedades industriais (INGLEHART, 2002, p. 133).

Outros pontos são mais polêmicos, um deles é o fato de que as democracias deram muito mais certo em países ocidentais ricos, não se verificando sua total eficiência em países pobres. Sen (2010, p. 53) coloca em cheque questões como a dos “governos autoritários em países pobres, que foram mais eficientes na promoção do crescimento e desenvolvimento econômicos, que governos democráticos, em países em mesma condição”, a exemplo, cita o caso da Índia e da China, que apresentam extremos contrastes, sendo aquela democrática e está autoritária. Outro argumento é o fato de que a cultura peculiar do ocidente, não é afinada com os valores culturais de outras sociedades, e nesse diapasão, entra em pauta a questão do Iraque, é possível a democratização daquela região do Oriente médio? Novamente, Sen (2010) vai questionar aquilo que parece óbvio, a democracia é eminentemente ocidental? Ela colide com culturas e civilizações? enfim existem pontos controversos.

O que Sen (2010, p. 54) faz é instigar esse raciocínio, pois a democracia não se apoia em um único ponto, isso é determinante em toda a argumentação que propõe, pois ela é a soma de múltiplos fatores que se inter-relacionam, entretanto há um eixo central. T. S. Eliot apud Sen (idem) chama de “o ponto morto no mundo em rotação”.

A democracia, Rawls nos ensinou, tem de ser vista não apenas em termos de cédulas e votos – por mais importantes que sejam –, mas primariamente em termos de “racionalidade pública”, inclusive a oportunidade para discussão pública e também como participação interativa e encontro racional. (SEN, 2010, p. 54).

Ou seja, esse fator “ponto morto”, esse “eixo central”, é a participação, ou seja, a “vontade política de ir além dos limites dos próprios interesses específicos”. Para Sen (2010, p. 63) o “desafio hoje é o fortalecimento do processo de participação”.

2.1.1 A relação incluídos versus excluídos da democracia participativa.

Não haveria como prosseguir na argumentação, da busca dos valores de auto-expressão de uma sociedade democrática, sem contudo, passar pelo tema da democracia participativa. E cabe aqui a discussão de que democracia é um termo polissêmico, ou seja, assume diversos significados. Mastropaolo apud Alves (2013, p. 223) preleciona que democracia é “uma forma de exercício de poder e de sua legitimação”. Já Robert Dahl (1997) estabelece que existem graus variados de democratização, sendo possível avaliar e comparar os regimes políticos, atualmente existentes. Para Dahl (1997, pp. 10-19) o estágio mais avançado da democracia é atingido quando o direito do voto abrange a maioria da população e quando a competição pelo poder envolve grupos distintos, sendo fortemente inclusivos e amplamente abertos a contestação pública, a este estágio denominou “poliarquia”.

Para Schumpeter (1975) apud O’Donnell (2011, p. 22) democracia é um método político, caracterizado como sistema institucional para chegar a decisões políticas no qual os indivíduos adquirem poder para decidir através de uma luta competitiva pelo voto dos cidadãos.

[...] democracia [...] pressupõe a concepção do ser humano como um agente que adquiriu, através de processos históricos que variam ao longo do tempo e do espaço, o título de ser reconhecido e legalmente amparado como um portador de direitos à cidadania não só política, mas também civil, social e cultural. (O’DONNELL, 2011, p. 7).

É notório que não há como desmembrar a democracia da conseqüente participação do indivíduo, do “povo”, ou como O’Donnell (2011) o denominará, de “agência”. Agência é a “unidade

individual básica, a microfundação da democracia”. O autor faz uma distinção, diz que essa unidade básica, não é o eleitor, mas sim o cidadão (O’DONNEL, 2011, p. 41).

Dentro destes aspectos, que estão sendo levados em consideração para definição de democracia, ou seja, ela como um exercício de poder e legitimação, de ampla inclusão e abertura a contestação pública e da unidade individual básica: a agência, vão convergir exatamente na questão: “Quem é o povo da democracia? A resposta segue para a equação, democracia é igual a incluídos e excluídos, numa alternância histórica, ou seja, a cada período tem-se um maior ou menor número de indivíduos excluídos do processo político (ALVES, 2013; O’DONNEL, 2011; DAHL, 1997; SEN, 2010).

Friedrich Müller (2003) analisou a inserção da palavra “povo”, dentro das constituições, e concluiu que os Estados democráticos usam o vocábulo como alusão a uma fonte de poder, que ao ser invocada justificaria os atos de seus governos, suas normas, e legitimaria o ordenamento jurídico e o próprio poder-violência do Estado, enfim, traria ao discurso político a justificação do aparelho de Estado, como ele é (MÜLLER, 2003, pp. 48-52).

É uma falácia esse discurso, pois o povo, utilizado para essa função, “como fonte de empoderamento do Estado”, é claramente uma construção artificial, um conceito jurídico, e não é precisamente aquele povo que está nas ruas, nas comunidades, os destinatários reais das prescrições democráticas governamentais (MÜLLER, 2003, p. 52). Aproxima-se da ironia, quando um governante, apresenta-se como representante do “povo”, quando na verdade, o sistema eleitoral exclui parcelas significativas do povo da arena política. Do processo eleitoral ativo se excluem os presos, os menores de 16 anos, os conscritos, os estrangeiros que vivem no país, os mentalmente incapazes, os absolutamente incapazes, se faculta os compreendidos entre os 16 e 18 anos e os acima de 70 anos, os analfabetos, aos indígenas, inclui-se nessa contagem, as abstenções, os votos brancos e nulos, em suma, a representação do povo é mitigada. Mas na lição de O’Donnell (2011, p. 17) a “democracia é preferível, inclusive com suas falhas, a qualquer outro tipo de dominação política”.

Esta equação de inclusão/exclusão política é um dos fatores que Dahl (1997, p. 3) valoriza para realizar a classificação dos regimes políticos democráticos, que “variam na proporção da população habilitada a participar” da política, também considera nessa classificação o direito de

voto em eleições livres e idôneas, que quanto maior a proporção de cidadãos que desfrutam desse direito, mais inclusivo é o regime democrático.

2.1.2 A cultura como fator transformador da sociedade.

A democracia tem, na visão de O'Donnell (2011, p. 11), uma dimensão de cidadania, que inclui a relação civil, social e cultural, e uma dimensão moral, que formam uma conexão complexa e imbricada com o Estado. Esta dimensão moral está vinculada a “uma longa e conflitante história que se combinou a múltiplos fatores em várias regiões e culturas (O'DONNELL, 2011, p. 17).

Na Constituição Federal de 1988 logo no preâmbulo percebe-se a carga moral e ética que se quer atribuir aos valores ali internalizados, assim vem citados como “valores supremos”, os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, além de valores coletivos como a fraternidade, pluralismo, eliminação dos preconceitos, harmonização social, com um fechamento de estar “sob a proteção de Deus”. Percebe-se elementos históricos oriundos do lema da Revolução Francesa, de 1789, liberdade, igualdade e fraternidade. Apesar de laico o Brasil alude no preâmbulo a “Deus”, nitidamente relacionado a cristandade, devido significativamente as origens históricas de um país, anteriormente, declarado católico. Estes elementos, presentes na Constituição Federal, confirmam a relação que O'Donnell se referia entre fatores culturais, sociais e históricos na construção das democracias atuais.

Mas é imprescindível observar que, este conjunto de elementos culturais, presentes no texto Constitucional, não se aproxima da complexidade da cultura brasileira, com seus regionalismos. Estes ao contrário daqueles, são os que influenciam, significativamente, no desenvolvimento social e econômico regional, e nas questões políticas, pois afetam como um todo os valores morais, éticos de todo o conjunto de crenças. Entretanto, também podem se caracterizar como elementos obliterantes do progresso, o que Huntington (2002) e Harrison (2002) ressaltam.

A procura, por exemplo de uma sociedade igualitária, tem um condão utópico para a sociedade brasileira, pois os mecanismos socioeconômicos históricos, implantados no país, fomentam cada vez mais o distanciamento dos mais ricos para os mais pobres. Conforme Harrison (2002), com base em dados do Banco Mundial, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo,

sendo que os 10% mais ricos do país detém 48% da renda, comparativamente, nos Estados Unidos os 10% mais ricos detém 28,5% da renda, sendo considerado o mais desigual das democracias avançadas (HARRISON, 2002, pp. 18 – 19). E numa escala regional, do continente sul-americano, essa realidade se repete em todos os países adjacentes ao Brasil.

As pesquisas da cultura e democracia foram retomadas a partir de 1988, pela Universidade de Harvard, por uma especial preocupação, o fraco desempenho das minorias étnicas nos Estados Unidos. Pois intrigava os estudiosos o fato da discrepância nos grupos minoritários como os chineses, japoneses, bascos e judeus, que atingiam um progresso humano e um desenvolvimento muito superior em comparação a grupos minoritários hispânicos e negros, e esse fenômeno não se restringia aos Estados Unidos, mas era de ocorrência mundial, principalmente em países multiculturais (HARRISON, 2002, p. 22). Atribuiu-se a esta ocorrência a fatores ligados diretamente a cultura dos países, como culturas favoráveis e culturas resistentes ao desenvolvimento. Pesquisas em países de terceiro mundo creditavam aos valores culturais tradicionais a raiz da pobreza, do autoritarismo e da injustiça, principalmente na América-latina e África, mas não há nesse ponto um consenso, necessitam-se avançar nas pesquisas (HARRISON, 2002, pp. 28-29).

De maneira mais significativa pode-se ter uma influência a longo prazo da cultura, impelida por mudanças institucionais, principalmente pela política, isso de uma forma sadia. O fato histórico da formação das instituições administrativas, nas colônias de exploração, serem pró-metrópole, em detrimento a formação das instituições pró coloniais de imigração, são hoje percebidas no desenvolvimento dos países de colonização anglo-saxão e as ibéricas, em que os países de colonização anglo-saxão são democracias avançadas e desenvolvidas, já as colônias de exploração, amargam um subdesenvolvimento ou um precário desenvolvimento emergente, com graus variados de desigualdade, tal como o Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Argentina e Venezuela (HARRISON, 2002, pp. 30-31).

O fato é que a cultura é importante e deve-se tirar dela o máximo de proveito, caso seja necessária, promover as devidas intervenções a mudança cultural – nas escolas, igrejas, mídia, trabalho, política, em todos os aspectos, buscando nas experiências já consolidadas de outros países,

as aspirações para uma guinada para a prosperidade da sociedade, a justiça social, o progresso e o desenvolvimento socioeconômico.

2.1.3 Participação política e cidadania.

Retoma-se aqui Robert Dahl (1997) na sua definição das características essenciais das democracias como sendo a ampla possibilidade de competição nas eleições e da consequente participação do cidadão na arena política. A questão fundamental é: quanto mais participação ativa e passiva da sociedade na política, maior o grau de democratização do regime político. Quanto maior a limitação na competição política e quanto maior a parcela de excluídos do direito ao voto, quanto menor é o grau democrático do regime político.

O que atormenta os países latino-americanos é o “fantasma” do autoritarismo, basta um momento de crise para se instaurar um sentimento de retorno ao regime fechado. Há quem acredite que em emergências a intervenção militar é a melhor solução, outro irá pedir direto por uma ditadura, são absurdos que só na América-latina se ouvi falar. O indivíduo ao se posicionar neste sentido, nega todo o processo de transformações sociais que a humanidade vivenciou, que não foram em vão, e nem tão pouco fáceis. Os direitos fundamentais é obra de um processo lento e paulatino de conquistas, nada instantâneo. E mais ainda, eles exigem uma vigilância constante, pois ao menor descuido, há quem queira destitui-los, roubar-lhes o exercício e a efetividade. Por isso a participação social nas questões políticas é de suma relevância, seja para fortalecimento da democracia, seja para a afirmação de direitos e garantias, ou para a extensão destes direitos fundamentais.

A democracia do Brasil foi, historicamente, sequestrada por vários períodos ditatoriais, autoritários e militaristas, que removeram do indivíduo os direitos fundamentais, o poder de participação na vida política, da capacidade de decisão pelo voto. O “poder do povo” passa a não ter mais nenhum significado nos regimes autoritários. Esse processo foi repetido em todos os países latino-americanos, que vivenciaram a ascensão de regimes políticos de exceção e até a redemocratização, com todas as sequelas e traumas do período.

A participação política do brasileiro ainda é muito imatura, sua ausência nas urnas (Quadro 1 e Quadro 2), seu baixo comparecimento aos conselhos municipais, sua omissão em reivindicar e cobrar dos governantes e parlamentares, são demonstrações de sua inépcia política. Para ilustrar essas afirmações, através dos dados coletados de 5.178 municípios do país, disponíveis no censo 2012, desenvolveu-se o Índice de Efetividade da Participação (IEP), e conforme planilhamento de Almeida et al (2016, pp. 278-279), resultou que apenas 6% dos municípios podem ser classificados em alta intensidade no IEP; 64%, em média intensidade no IEP e 30% dos municípios, em baixa intensidade no IEP, o que indica no geral uma baixa efetividade de participação popular nos conselhos de assistência social. O IEP aumenta à medida que o porte do município aumenta, metrópoles e municípios de grande porte tem IEP maior que os municípios pequenos. Em termos regionais, o Norte do país possui municípios com as classificações mais baixas no IEP, e a região sul é onde se encontram os de maior classificação no IEP. Outro dado importante, levantado por Almeida et al (2016), é de que somente 19,7% dos conselhos municipais de assistência, contam com comissões permanentes na sua estrutura interna, onde são tomadas decisões com base em debates mais qualificados, ou seja, 80,7% dos conselhos municipais não estão decidindo nada, apenas aprovando medidas prontas, e que não exigem participação ativa dos seus membros, isso reflete-se em desestímulo a participação popular, o assunto exige um maior aprofundamento, acompanhamento e pesquisas, para avançar na discussão.

Os dados dos relatórios do Tribunal Superior Eleitoral, das eleições 2010, 2012 e 2014, tabelas 1 e 2, relativo as abstenções, os votos brancos e os nulos, das eleições presidenciais e municipais, para o cargo principal do executivo, e em primeiro turno. Nitidamente se percebe o persistente aumento nos índices de abstenções, votos brancos e nulos, deve-se ainda projetar os crescimentos de eleitores, pelo aumento da população com cidadania ativa.

Tabela 1 – Relatório das Eleições 2002 a 2014, Brasil, cargo de Presidente, em primeiro turno.

ANO	ABSTENÇÕES (%)	VOTO BRANCOS (%)	VOTOS NULOS (%)
2002	17,74	3,30	7,36
2006	16,75	2,73	5,68
2010	18,12	3,13	5,51
2014	19,39	3,84	5,80

Fonte: STI/TSE – Superior Eleitoral – Relatório de eleições 2014, p. 15

Tabela 2 – Relatório das Eleições 2004 a 2012, Brasil, para o cargo de Prefeito, em primeiro turno.

ANO	ABSTENÇÕES (%)	VOTO BRANCOS (%)	VOTOS NULOS (%)
2004	14,20	1,88	5,60
2008	14,50	2,77	6,73
2012	16,41	3,29	7,55

Fonte: Repositório de dados STI/TSE – Superior Eleitoral – Relatório de eleições 2012, p. 15

A impressão da existência de uma disputa política, e de que os cargos políticos estão sendo preenchidos no país, é falsa, pois a maioria destes espaços políticos são redutos tradicionais de velhos conhecidos da arena política brasileira. Renovação de lideranças e representantes é muito baixa, não se tem que agregue novas perspectivas as demandas. O coronelismo é um fenômeno político, que ainda persiste no Brasil, e que afasta a participação popular nos pleitos, e até obstrui a emergência de novos líderes e políticos. Afirma Limongi (1997, p. 11-22) que as “chances da democracia, portanto dependeriam do grau de pluralismo da sociedade. Este, por seu turno, independeria do processo histórico de desenvolvimento”.

Limongi (1997, p. 22) ao referir-se a obra Poliarquia, de Robert Dahl, assim explicita seus pressupostos:

A democracia, afirma Dahl, é fruto de um cálculo de custos e benefícios feito por atores políticos em conflitos. O ponto de partida dessa formulação é a premissa de **que todo e qualquer grupo político prefere reprimir a tolerar seus adversários**. A questão está em saber **se tem forças para tanto**, se é **vantajoso fazê-lo**. A oposição será tolerada pela situação quando para esta última **for menos custoso fazê-lo do que aceitar o risco de perder o poder para a primeira em eleições livres**. Da mesma forma, **a oposição aceita participar da competição eleitoral quando esta opção lhe for menos custosa do que a conquista do poder por meios revolucionários**. Nesses termos, como já comentado, **a democracia se sustenta a partir de um equilíbrio de forças**, isto é, **quando nenhum grupo social está em condições de eliminar os demais**. Sobretudo, é fruto de um cálculo de atores políticos inseridos em uma relação estratégica. (LIMONGI, 1997, p. 22, grifo nosso).

Nos ensinamento de Dahl (1997) os cidadãos, em um governo de regime democrático, devem ser politicamente iguais, e exercer plenamente as oportunidades de formular suas preferências, de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva, e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrentes do conteúdo ou da fonte das preferências.

Complementarmente, ao pensamento de Dahl, o economista Kliksberg (2010, p. 143) coloca que quanto mais a democracia ativa se ressalta e aumenta-se a pressão pública sobre o Estado, maior é o constrangimento político dos governantes, forçando-os a uma maior transparência, descentralização e abertura sobre os assuntos públicos do Estado.

2.2 OS REFLEXOS DOS VALORES DE AUTO-EXPRESSÃO E DO CAPITAL SOCIAL NAS SOCIEDADES.

De acordo com Inglehart (2002, p. 133) o desenvolvimento está vinculado à “síndrome de mudanças previsíveis de normas sociais absolutas”, em direção a valores cada vez mais racionais, tolerantes, confiante e pós-modernos. O autor coloca que zonas culturais distintas tem importantes consequências sociais e políticas. Em conformidade com Dahl (1997), Inglehart (2002) também coloca que o pluralismo é benéfico para democracia. Porém a ênfase de Inglehart é na dimensão da variação cultural.

Inglehart (2002, p. 134) classifica os valores das sociedades como: de sobrevivência, de auto-expressão, tradicionais e racionais-legais. A medida que as sociedades enfatizam os valores de auto-expressão, em detrimento aos valores de sobrevivência, elas vão aumentando as probabilidades de democratização. Apesar dessa afirmação, ele cita o caso das sociedades mais ricas, de terem os valores de auto-expressão mais acentuados, isso numa relação fortemente aderente. A hipótese do autor é de que a cultura molda a democracia e não o contrário.

Segundo Huntington (1996) o mundo pode ser dividido por blocos culturais, baseado em tradições religiosas persistentes, são elas: o cristianismo ocidental, o mundo ortodoxo, o mundo islâmico, as regiões confucianas, japonesa, hindu, budista, africana e latino-americana, elas estabelecem zonas rígidas, e é nas áreas limítrofes, destas divisões culturais, que se dá os conflitos políticos. Harrison (1997) corrobora com esse pensamento ao afirmar que “o desenvolvimento é fortemente influenciado pelos valores culturais básicos de uma sociedade”. Fukuyama (1995) vai trazer ao debate a questão de que as sociedades com “baixa confiança”, são menos eficazes na construção das instituições sociais, e por isso, tem menor capacidade de competir em mercados mundiais.

Inglehart (2002) apresenta pontos de vistas incompatíveis aos argumentos de Huntington, Harrison e Fukuyama, pois eles se baseiam em valores culturais tradicionais, enquanto Inglehart adota a teoria da modernização, que aponta para o declínio dos valores tradicionais, da religião, do provincianismo e das diferenças culturais. Porém nenhum dos posicionamentos está errado, pois precisam ser interpretados conjuntamente, para compreender a dinâmica das relações culturais e valores – e do desenvolvimento e progresso (INGLEHART, 2002, p. 135).

2.2.1 A reserva de capital social como alicerce de uma democracia fortalecida.

Antes de tratar propriamente dos valores de auto-expressão, é importante a reflexão: A cultura importa? qual é o seu peso no desenvolvimento de uma nação? Essas são as perguntas de Bernardo Kliksberg (2010), economista e sociólogo argentino, que estuda o tema, com profundidade, na américa-latina. É ele quem vai colocar a questão cultural num patamar de relevância para compreensão do desenvolvimento dos continentes, entre eles a américa do sul (KLIKSBERG, 2010, p. 302).

O capital social é um dos quatro tipos de capitais que compõe uma sociedade, os outros são o capital natural, que são os recursos naturais de um Estado; o capital financeiro, que é tudo que foi construído pela sociedade, como a infraestrutura, a tecnologia, o comércio, etc; e o capital humano, que é composto pela população, pela sociedade (KLIKSBERG, 2010, p. 305).

Kliksberg (2010) ao tratar do capital social, defini-o em quatro dimensões: confiança nas relações interpessoais, capacidade de associatividade, capacidade cívica e os valores éticos predominantes. Para o autor, o capital social “é da mais alta relevância para o desenvolvimento e para a democracia” (KLIKSBERG, 2010, p. 307). O autor aponta estudos que comprovam essa relação.

Os estudos realizados nos últimos anos demonstram que ele [o capital social] influencia as taxas de crescimento econômico, traz melhoras para a governabilidade democrática, incide favoravelmente na qualidade dos serviços públicos e no nível das escolas, gera aumento na expectativa de vida. [...] O capital social se apoia no desenvolvimento cultural da sociedade. Sem um “terreno cultural” cultivado de modo sistemático, a confiança, a associatividade, o civismo e os valores éticos não teriam como florescer. (KLIKSBERG, 2010, pp. 307-308, grifo nosso).

Kliksberg (2010), com base em Klesner (2007), aponta para uma relação indiscutível entre o capital social e a participação política da sociedade. Quanto mais capital social agregado maior a engajamento da sociedade em atividade políticas. O autor, também assina-la que, a cultura é o maior substrato do capital social, que agrega os processos históricos contemporâneos, êxitos e fracassos da sociedade. O capital social nutre-se e desenvolve-se por meio da cultura, valores e da educação (KLIKSBERG, 2010, p. 308).

A definição de Fukuyama (2002, p.155) para capital social é “um conjunto de valores ou normas informais, partilhados por membros de um grupo, que lhes permite cooperar entre si”. O que não deixa de corroborar com Bernardo Kliksberg, apesar deste ter um pensamento mais complexo sobre as dimensões do capital social.

Fukuyama (2002) faz registro que “toda sociedade possui um estoque de capital social”, cita como exemplo a virtude de falar a verdade, cumprir obrigações, exercer a reciprocidade, cooperação social e a honestidade. Para ele, uma fonte importante do capital social, são as famílias, e sobre esse aspecto ele desenvolve sua tese de desenvolvimento e ampliação do capital social.

Um debate importante, para ser incluído nessa construção, é a relação do capital social com a coesão social. Sorj e Martucelli (2008, p. 2) dialogam com Kliksberg e Fukuyama neste sentido, quando colocam que a compreensão dos “fatores de coesão social de longa duração”, dos indivíduos em sociedade, podem conduzir ao estabelecimento de estratégias inovadoras para se alcançar a solidariedade. Pontua-se em Sorj e Martucelli (2008), que apesar de reconhecer-se a importância do capital social, não se pretende alça-lo como o único responsável pelos sucessos e insucessos da américa-latina. Neste viés Kliksberg (2010, p.303) concorda que “que o problema [do desenvolvimento da américa-latina] não possa ser solucionado a partir, exclusivamente, da dimensão cultural”. Os autores evitam um reducionismo da questão apenas a cultura, mas fazem-na um componente significativo desse contexto.

Na visão de Sorj e Matucelli (2008, p. 3) é a “sociedade e a cultura o motor do processo democratizador, é nessa relação que se insere as transformações mais profundas da experiência latino-americana. Os autores alertam para o fato de que a sociedade vive essa transformação, porém o Estado não se renova na mesma proporção, que ainda mantém um sistema político e de instituições públicas, com base tradicionalmente clientelista e nepotista. O proceder do Estado é

obliterante para o desenvolvimento, e instiga um tipo de mecanismo de sobrevivência no indivíduo, que passa literalmente a buscar alternativas, com saídas individuais aos problemas que lhe afligem, num processo de individualização das soluções. O que de certa forma traz um abalo na coesão social, pois o indivíduo envolto a estas preocupações próprias, desmotiva-se a participação coletiva, e por consequência, já que se trata de um fenômeno social, onde muitos se encontram na mesma condição, passa-se a ter uma retração do espaço público de debates, isso empobrece a democracia (SORJ et MATUCELLI, 2008, p. 4 – 5).

Essa constatação não parece de fácil dedução, mas quando se observa que a sociedade se encontra numa atmosfera de “crise dos marcos de expressão coletiva de demandas”, tudo se condensa e se extravasa num tipo de grito, aquele de “fora todos”, fora os velhos políticos, fora os corruptos etc, que não resolve muito, mas sinaliza um novo folego democrático, pelo menos reivindicando o espaço público da fala, mesmo que tímido. É o que se observa na contemporaneidade da américa-latina, o que Sorj e Matucelli (2008, p. 5) tratam como um incremento de iniciativas individuais, que cobrem insuficiências institucionais, o que oportuniza a possibilidade de novas perspectivas de participação democrática. Exige-se que a sociedade explore mais esse novo momento, que trilhe junto o caminho de seus cidadãos, destes que não se calam.

A própria crise econômica e política da américa-latina, nesse diapasão, seria completamente outra se o capital social, dos países que a compõe, estivesse fortalecido, pois os mecanismos tradicionais de organização da sociedade perderam sua capacidade de mobilização, e os partidos políticos já não representam os anseios coletivos. Se o capital social agregasse a força da sociedade, ela se reergueria de qualquer maneira. O que mesmo de forma retardada, ainda se pode fomentar, é o que se observa no aparecimento de novas formas de organização e participação civil, que ensejam esperanças e renovações sociopolíticas (SORJ et MATUCELLI, 2008, p. 9).

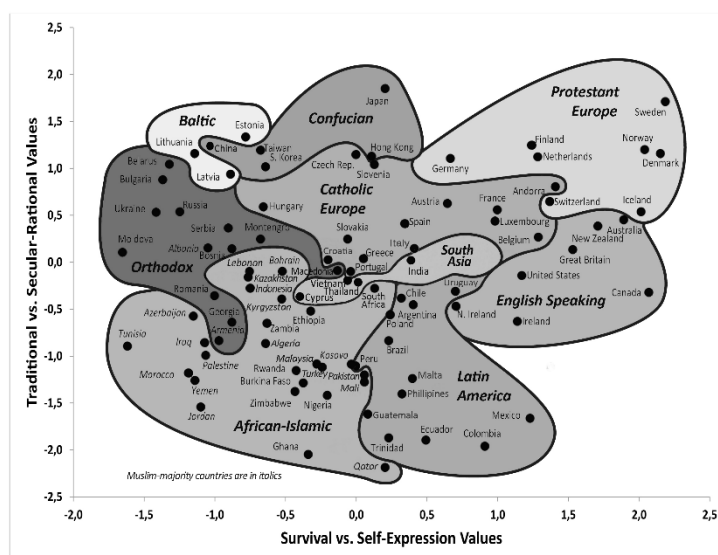
Retornando ao pensamento de Kliksberg (2010, p. 305) sobre as dimensões do capital social, que são quatro, a “primeira diz respeito a confiança nas relações interpessoais, ou seja é a medida em que as pessoas acreditam umas nas outras”. A confiança favorece as relações econômicas e transações, garantindo o cumprimento de compromissos. A segunda dimensão, que trata da associatividade, que é a capacidade de cooperação e de efetivação, indispensáveis para um grande acordo nacional de desenvolvimento. A solidariedade é um cimento para efetuar-se pactos

em grande escala. A terceira dimensão é o civismo, que se relaciona a tudo que tem interesse coletivo, preservação das áreas públicas, do patrimônio comum de todos, da história, tudo aquilo que está em nível da consciência coletiva. E a quarta e última dimensão, é a qual Kliksberg eleva como a “absolutamente decisiva”, que são a reunião de todos os valores éticos preponderantes da sociedade, pois os mesmos exercem uma forte influência sobre o que ocorre na sociedade.

2.2.2 Valores tradicionais/rationais-legais versus valores de sobrevivência/auto-expressão.

Três importantes premissas sobre a cultura, democracia e desenvolvimento já referidas nos capítulos antecedentes: a primeira, a cultura molda a democracia e não o contrário (INGLEHART, 2002); segunda: quanto mais capital social agregado, maior o engajamento da sociedade em atividade políticas (KLIKSBERG, 2010); terceira: toda sociedade possui um estoque de capital social (FUKUYAMA, 2002). Essas afirmações dão sustentáculo para o tema que se discute agora, os valores de auto-expressão. Inglehart (2002) para construir sua teoria da modernização, a respeito de valores de auto-expressão, baseou-se nas pesquisas mundiais de valores, da World Values Survey Association (WVS), aliadas com os estudos das zonas culturais de Huntington (1996), e os dados sobre a avaliação dos direitos políticos e liberdades civis, da Freedom House Org. Com esses materiais, Inglehart (2002, p, 139) construiu o mapa cultural global, que atualmente sofreu algumas modificações devido as próprias modificações culturais das civilizações, conforme imagem 1.

Imagem 1 – Mapa Cultural Inglehart-Welzel. WVS, onda 6, período 2010 – 2014.



Fonte: wvs.org, 2017. Inglehart-Welzel, 2014.

Huntington (1996, p. 20) ao delimitar as zonas culturais, percebeu que após “a guerra fria, as distinções do mundo não eram ideológicas, econômicas ou políticas, mas sim culturais”. Ele segue dizendo, que os grupamento mundiais mais importantes são entre 7 a 9 civilizações, quais sejam: 1 – Ocidental, 2 – Africana, 3 – Islâmica, 4 – Sínica, 5 – Hindu, 6 – Ortodoxa, 7 – Latino-americana, 8 – Budista e 9 – Japonesa (HUNTINGTON, 1996, pp. 26-27). Para o autor, a cultura é uma força tanto “unificadora como divisiva” (idem, p. 28), sua tese tem base weberiana, e sustenta que as tradições culturais moldam o comportamento econômico das sociedade (INGLEHART, 2002, p. 133). Corroboram com esse pensamento os autores Fukuyama (2002) e Harrison (2002).

Inglehart (2002, p. 133) apesar de utilizar-se das zonas cultural, definidas por Huntington (1996), ao desenhar o mapa cultural (Imagem 1), tem um pensamento que diverge deste em um ponto, quando inclui que a “sociedade industrial abandonou o sistema de valores tradicionais, movida por mudanças culturais coerente”, o que para Huntington este fato não ocorreu. Estas sociedades tanto podem enfatizar os “valores de sobrevivência” ou os “valores de auto-expressão”. Conforme Inglehart (2002) quanto mais as sociedades enfatizam os “valores de auto-expressão”, maiores são as probabilidades de serem democracias, e quando maior o desenvolvimento econômico, menores são os “valores de sobrevivência”, ou seja, há um processo de desgastes dos

valores tradicionais, o autor cita como exemplo o declínio da religião, do provincianismo, e a superação das diferenças culturais.

Através do estabelecimento de duas dimensões, que refletirão as polarizações das nações, Inglehart (2002) conseguiu traçar a localização de cada sociedade, no mapa cultural mundial. Na imagem 1, o eixo y representa a dimensão dos valores tradicionais versus valores seculares-rationais, o deslocamento para cima representa o aumento dos valores racionais, o eixo x representa a dimensão dos valores de sobrevivência versus os valores de auto-expressão. Quanto maior o deslocamento para direita maiores são os valores de auto-expressão. Esse processo só foi possível com a “comparação de centenas de valores medidos nas ondas de pesquisas realizadas pela WVS”.

Conforme o sítio da WVS (world values survey, 2017), ela se caracteriza como uma rede global de cientistas sociais, que estudam as mudanças de valores e seus impactos na vida social e política das sociedades. É uma organização sem fins lucrativos, financiada por várias bases científicas e contribuições voluntárias. As pesquisas se iniciaram no ano de 1981, atualmente, abrange quase 100 países e 90% da população mundial, e através de questionários comuns, já atingiu mais de 400 mil entrevistados. A aplicação dos questionários estão divididos em ondas, sendo a primeira em 1981, a segunda, de 1990 a 1991, a terceira, de 1995 a 1997, a quarta, de 1999 a 2001, a quinta, de 2005 a 2007, a sexta, de 2010 a 2014, e a sétima onda está em andamento, e engloba de 2017 a 2018. Os questionários estão estruturados em 14 subseções: 1 – valores sociais, atitudes e estereótipos; 2 – bem-estar social, 3 – capital social, confiança e organização; 4 – valores econômicos; 5 – corrupção; 6 – migração; 7 – índice pós-materialistas; 8 – ciência e tecnologia; 9 – valores religiosos; 10 – segurança; 11 – valores e normas éticas; 12 – interesse político e participação política; 13 – cultura política e regras políticas e 14 – demografia. O conjunto de dados é disponibilizado dois anos após o término das pesquisas, e fica disponível para qualquer interessado, no sítio da WVS, podendo utilizar-se dos dados para estudos e pesquisas científicas.

Conforme o cruzamento destes dados, Inglehart e Welzel (2017), construíram as dimensões que compõe o mapa cultural (imagem 1), que foram assim definidas:

Os **valores tradicionais** enfatizam a importância da religião, dos laços entre pais e filhos, deferência à autoridade e valores familiares tradicionais. As pessoas que abraçam esses valores também rejeitam o divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio. Essas sociedades têm altos níveis de orgulho nacional e uma perspectiva nacionalista. Os **valores seculares-**

racionais têm preferências opostas aos valores tradicionais. Essas sociedades colocam menos ênfase na religião, nos valores tradicionais da família e na autoridade. O divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio são vistos como relativamente aceitáveis. (O suicídio não é necessariamente mais comum). Os **valores de sobrevivência** colocam ênfase na segurança econômica e física. Está ligado a uma perspectiva relativamente etnocêntrica e a baixos níveis de confiança e tolerância. Os **valores de auto expressão** dão alta prioridade à proteção ambiental, tolerância crescente de estrangeiros, gays e lésbicas e igualdade de gênero, e demanda crescente de participação na tomada de decisões na vida econômica e política. (INGLEHART, 2002, pp. 136-137)

A conclusão de Inglehart (2002, p. 138) é objetiva e determinada por análises fatoriais de dados, sendo que “as sociedades que enfatizam os valores de auto-expressão têm muito maior probabilidade de serem democracias estáveis, do que as que enfatizam os valores de sobrevivência”. No mapa cultural (imagem 1) as nações são distribuídas de forma a representar a posição que adotam atualmente, considerando sua herança histórica, e apesar da religião ter um impacto duradouro, ela não é o único fator analisado. Dentro dos aglomerados formados, como se fossem blocos econômicos, mas no sentido cultural, possuem diversos valores compartilhados, distribuídos dentro das classificações de valores propostas por Inglehart e Welzel (2017).

Exemplificando, na América Latina os países tem laços de culturais próximos a Espanha e Portugal, devido a colonização e a dependência com as metrópoles, por um período relativamente grande. A influência da religião católica, em todo o continente latino-americano, é outro fator inegável, o que aproximaria dos blocos da Europa Católica, Filipinas e Irlanda, ou ainda, determinaria uma nova zona cultural, a hispânica, que incluiria a Espanha, Portugal, América Latina e alguns países africanos. A herança cultural abraça todos os grupos que se vinculam a ela por laços históricos (INGLEHART, 2002, p. 141).

A teoria da modernização de Inglehart (2002) implica que, nas maiores e mais penetrantes diferenças culturais, o nível de desenvolvimento da sociedade, a democracia, a política e a econômica são mais avançadas, e este fator não é casual. Isso porque mesmo que isolados os fatores econômicos (a questão de sociedade ricas versus sociedade pobres) as posições do resultado não se alterariam (INGLEHART, 2002, p. 144). Aqui é um ponto convergente com os estudos de Huntington (1996) onde o “impacto da herança histórico-cultural de uma sociedade persiste quando isolamos o PIB *per capita* e a estrutura da força de trabalho em múltiplas análises de regressão” (idem).

2.2.3 A influência da cultura sobre a democracia.

A democracia é fruto de uma cultura político-participativa, quanto maior essa experiência maior suas vinculações. Ela reflete muito um amadurecimento da democracia, e dos regimes políticos. O próprio afastamento de laços religiosos e a política são resultados do aprimoramento desta relação, a democracia deve fluir dentro de um processo racional. O que por exclusão também dever-se-ia separar-se dos extremismos ideológicos, que conduzem, por vezes, a política, e a própria democracia, por caminhos tortuosos. Ou seja, algumas ideologias constroem teorias que não correspondem à realidade, e estão fadadas a falhar (INGLEHART, 2002, p.147).

A exemplo disso são as democracias formadas pós-regimes militares da América-latina, onde, simplesmente, por adotar uma constituição “democrática”, não se tornaram verdadeiras democráticas na realidade. Para Inglehart (2002) os fatores culturais influenciam, até hoje, a democratização desses países. Aqui, o fator da legitimidade do governo é crucial, já que regimes democráticos necessitam desse respaldo para se firmarem, este fato na América-latina é controverso, por que o sistema cultural flerta com regimes autoritários, hierarquizados, centralizadores e burocráticos. Vê-se que a hierarquia, poder centralizador e autoritarismo são elementos nitidamente advindos dos vínculos e ligações do poder político e a Igreja Católica do passado, é fato arraigado historicamente. Esse relacionamento não foi totalmente superado na América-latina, a exemplo, as alternâncias de regimes autoritários e ditatoriais, em quase todos os países do continente (INGLEHART, 2002, pp. 147-148).

Faz-se necessário um adendo neste momento, para o que Kliksberg (2010, pp. 317 a 319) chamou de “marginalização da cultura”, que consistiu num reiterado abandono dos investimentos a cultura, pelos governos latino-americanos, que promoveram uma desvalorização da ação cultural, e um sufocamento das políticas culturais, ou seja a América-latina enfraqueceu os seus valores culturais, perdendo vínculos importantes de integração regional. Isso leva a corroborar com a afirmação de Bourdieu (1986) apud Kliksberg (2010, p. 319) que diz “a ausência do sentimento de cultura vem geralmente acompanhada pela ausência do sentimento dessa ausência”.

Ao se realizar o cruzamento de dados das pesquisas mundiais de valores (WVS) com a avaliação do grau de liberdade civis e garantia dos direitos políticos, realizada pela Freedom House, Inglehart (2002) concluiu que estes fatores possuem uma forte correlação. Traduzindo, quanto mais a sociedade se encontra no gozo de liberdades políticas e de garantias de direitos, mais desenvolve-se valores de auto-expressão, já quando mais o governo é autoritário, restritivo de direitos, nacionalista, acentuam-se os valores de sobrevivência e as sociedades são menos democráticas (INGLEHART, 2002, p. 149).

O fato é que, as sociedades, não se transformam em democracias, pela simples adoção de leis ou constituições. Ela advém de processos de amadurecimento social, que são influenciados por um conjunto complexo de relações sociais, culturais e desenvolvimento econômico. A América do Sul é um exemplo, sua democratização não foi um processo amadurecido no seio da sociedade, foi quase que imposta. O longo período de tempo dos governos autoritários, na América do Sul, refletiu na ausência do desejo da maioria pela democracia, mesmo que necessária, mas devido ao baixo interesse da população, em participar da vida política, ela demorou para aflorar, por esse motivo não se tem uma democracia tão participativa e atuante, como se poderia ter. Neste caso, far-se-ia necessário instigar a mudança cultural da América do Sul, no sentido de fomentar valores de auto-expressão, fortalecer e modernizar as instituições democráticas, que dependem de todo esse processo, mas que se sabe, nem sempre é interessante para alguns setores sociais privilegiados, que podem ter interesses divergentes, pois se auto sustentam da precariedade democrática, para lograr interesses privados, em detrimento dos públicos (INGLEHART, 2002, pp. 150-151).

2.3 CORRUPÇÃO E A CRISE INTERNA DOS GOVERNOS NA DEMOCRACIA.

A legitimidade dos governos democráticos está em sua capacidade de exercer a governabilidade com transparência e respaldo social. A realidade da América-Latina é bem ao contrário. Conforme Schwartzman (2008) “existe uma percepção generalizada que existe muita corrupção nos governos da América-Latina, e esse fator afeta todos os outros fatores essenciais: sociais, políticos, econômicos, institucionais e principalmente a coesão social”.

Pode-se dizer que a corrupção é um “desvalor”, ou seja, é um elemento “desconstituidor” das relações social, por justamente afetar o valor da confiança interpessoal coletiva, e atribuir a quem a promove a deslegitimação do poder. Regimes políticos corruptos perdem a legitimidade de governar, e necessitam implantar um sistema autoritário para exercer o poder, isso exige um subsistema de cooptação de aliados e até mesmo de manipulação de eleitores. Um governo que se encontra nesta situação possivelmente não consiga sair desse ciclo corrupto, e assim emerge um regime autoritário para sustentar o poder (SCHWARTZMAN, 2008, p. 3). O autor se refere a estes governos como “regimes políticos cleptocráticos”, pois devido ao aprofundamento da corrupção no núcleo central do governo, acabam por impedir o funcionamento das instituições democráticas, que passam a ser precarizadas, e por fim mitigadas. Kliksberg (2010, p. 321) aponta como uma solução para quebrar esse círculo maléfico da corrupção, a mudança em paralelo da política econômica e social conjuntamente com uma mudança do campo cultural. Somente com um debate nesse nível de discussão, que se chegaria uma renovação profunda, mas obviamente, é algo no mínimo a médio prazo. É preciso ativar a discussão sobre valores éticos e atitudes cidadãs na sociedade, alimenta-la dessa fonte, para ela própria construir a sustentação do sistema, mas isso não é da noite para o dia.

Na definição apresentada por Lipset e Lenz (2002, p. 173) a corrupção na política ou no Estado “é os esforços para garantir a riqueza ou o poder por meios ilegais – lucros privados à custas de gastos públicos” ou simplesmente “o mau uso do poder público em benefício particular”. Os autores são pessimistas ao dizerem que ela é uma disfunção humana, quase impossível de ser reduzida por ação intencional, visto que apresenta características como onipresença, persistência e caráter recorrente.

Lipset e Lenz (2002, pp. 177 – 178) e Schwartzman (2008, p. 4) corroboram que a corrupção não é privativa de países pobres, ocorre em diversos países, e com base no “índice de percepção da corrupção” (IPC), da Transparência Internacional, é possível confirmar essa afirmação.

A Transparência Internacional (Transparency International Org, 2017) é uma organização não governamental, sem vínculos partidários, financiada por doações, e tem por finalidade o monitoramento e extinção da corrupção no mundo. Produz anualmente o índice de percepção da corrupção (IPC) que abrange 176 países. É considerado o índice de corrupção mais utilizado para

fins científicos. A pesquisa não mede objetivamente a corrupção, mas a percepção subjetiva que a sociedade tem em relação a ela. Os países recebem um escore dentro de uma escala que vai de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito transparente). Os índices da América do Sul estão na tabela 3.

Tabela 3 – Ranking de Índice de percepção da corrupção, nos países da América do Sul, de 2012 a 2016. [Em ordem de decrescente]

Ordem	País	2016	2015	2014	2013	2012
166	Venezuela	17	17	19	20	19
123	Paraguai	30	27	24	24	25
120	Equador	31	32	33	35	32
113	Bolívia	35	34	35	34	34
108	Guiana	34	29	30	27	28
101	Peru	35	36	38	38	38
95	Argentina	36	32	34	34	35
90	Colômbia	37	37	37	36	36
79	Brasil	40	38	43	42	43
24	Chile	66	70	73	71	72
21	Uruguai	71	74	73	73	72
18	EUA	74	76	74	73	73
9	Canadá	82	83	81	81	84
1	Nova Zelândia	90	88	91	91	90
1	Dinamarca	90	88	91	91	90

Fonte: Construído pelo autor com base nos dados da IPC - Transparency International Org, 2017.
 Disponível em <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>

O escore global médio é 43, o que conforme a metodologia da Transparency Internacional, indica que, abaixo deste índice, a corrupção no país é endêmica, e que os governos locais não sabem lidar com o problema. Na América do Sul apenas o Chile e o Uruguai conseguem estar acima desta média desde 2012. A Venezuela é o país da América do Sul que se encontra na pior posição, 166/176, desde 2012, sendo considerado o país mais corrupto do continente. O Brasil também se encontra em uma posição desconfortável 79/176, e nunca esteve acima do escore global médio, o que reflete num país de corrupção endêmica.

Lipset e Lenz (2002, p. 176-177) analisando o IPC e outras pesquisas, concluíram que altos índices de corrupção reduzem significativamente as taxas de crescimento do PIB, uma redução de 24 no índice de corrupção está associada a um aumento de 4% da taxa de crescimento da renda *per capita*. Todas as pesquisas sugerem que a elevação do índice de corrupção resulta em redução de investimentos, principalmente em educação, isso se deve ao fato de que, neste setor, as despesas e seus produtos são mais visíveis e menos vulneráveis a corrupção. Países corruptos adotam

investimentos em grandes projetos arquitetônicos (estádios, viadutos, aeroportos, estradas, etc) onde são possíveis as fraudes e o favorecimentos a corrupção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no decorrer do texto construiu-se a concepção que a sociedade ao valorizar os valores de auto-expressão tem maiores chances de desenvolver-se como uma democracia sadia e madura. Por consequência terá a sua sociedade um alto grau de cidadania e participação, pois estes valores estão intrínsecos aqueles.

O sistema democrático por si só, tal como o estabelecido por uma constituição ou lei nada pode fazer em relação ao seu povo, não é dessa forma que se estabelece um regime democrático verdadeiro, ele deve emergir de uma sociedade consciente e ativa, para ser sustentável desta maneira. Caso contrário estaria fadado a seguidos retrocessos, frutos do autoritarismo e dos desejos “pessoais” por regimes fechados.

Os valores de auto-expressão que devem ser escolhidos, variam de acordo com a sociedade em questão, pois algumas peculiaridades devem ser levadas em consideração, não se pode aplicar imediatamente aquilo que serve a nações europeias ao latino-americanos, por questões de toda ordem, principalmente, pela construção histórica que não se assemelham, ou mesmo que isso resultaria numa destruição de elementos culturais significativos, que não devem ser desprezados.

A teoria da modernização, proposta por Inglehart (2002) aponta alguns destes valores de auto-expressão, mas de forma exemplificativa, outros seriam ali importantes, outros nem tanto para determinada sociedade, mas a essência do conceito é captada pelos exemplos que ele oferece.

A certeza que cerceia a temática e de que os valores de auto-expressão são mais significativos do que os valores tradicionais e dos de sobrevivência, pois transcendem rumo a construções de sociedades mais isonômicas e com menor desigualdades socioeconômicas.

Não há como estabelecer a correlação direta dos valores idealizados na constituição federal brasileira com os valores realmente praticados pela sociedade, porém é certo afirmar que a

sociedade brasileira está aquém de ser uma sociedade de valores de auto-expressão, ou ainda, mesmo que se idealize isso, ela está num patamar muito inferior a outras sociedades avançadas.

A exemplo, o valor da igualdade, muitas vezes mencionado na constituição federal de 1988, não é uma realidade factível, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo, mesmo após 30 anos da redemocratização. O valor da dignidade humana é quase invisível. A sociedade ao contrário promove o discurso do ódio, afirmando em declarações sem pudor o desprezo a outro, não se importando mais com o outro.

A corrupção no Brasil é endêmica, o IPC de 2012 a 2016 mostra essa realidade, e isso não se pode aceitar, não é uma prática que se atribui apenas aos políticos, mas a toda uma sociedade, isso deve ser extirpada numa reação mais enérgica, inicialmente extremista até com as pequenas corrupções. Pois esperar que o círculo da corrupção se quebre de cima para baixo, é esperar em vão, quando se atinge um grupo hegemônico no poder e que promove a corrupção, e eliminando-se ele, outro está pronto para assumir a posição e continuar da onde o outro parou, recomeçando o círculo.

Se não houver uma reação dentro da sociedade, que rejeite toda e qualquer forma de corrupção em suas mínimas manifestações, como um movimento cultural nunca será vencida a corrupção.

A sociedade brasileira vive um momento de nova aproximação com regimes autoritários, devido as condicionantes políticas contemporâneas, a crise política acionou o alarme da emergência, e a isso se soma os casos de corrupção que vieram à tona, e que de certa maneira, desconstitui a representatividade de algumas lideranças, o que dá margem a políticos oportunistas, e discursos extremistas negativos, restritivos de direitos e extremamente autoritários, o verdadeiro “canto da sereia”.

A racionalidade do regime político brasileiro está na contramão da cidadania participativa. A sociedade deve atentar-se para esse momento, armando-se de uma consciência política lastreada em valores de auto-expressão. Para as velhas oligarquias a liberdade política é um obstáculo para os seus propósitos de poder, o povo, quando mais manipulável, menor sua participação na arena política, e isso indiscutivelmente passa por uma retração, quanto mais a sociedade se afasta do debate público, maior a dominação do poder da fala com quem tem intenções de controlar a “ágora”. Isso não é democracia. Ao se cercear os espaços da fala do cidadão, deslegitima-se o poder

do povo, essência da democracia, por consequência não vivenciamos mais a cidadania, e sim um autoritarismo velado.

A cultura é importante e sua intervenção é direta na questão da cidadania e no desenvolvimento da nação, como foi tratado em todo o texto, mas é urgente que toda a América Latina reveja seu estoque de capital social e invista no seu fortalecimento, pois toda uma rede de imbrincadas circunstâncias desfavoráveis a democracia estão sendo criadas, e num aspecto geral conduzem a regimes fechados, com respaldos em valores tradicionais e de sobrevivência, baseados no patrimonialismo, e com graus variados de autoritarismos e de nepotismo, que ameaçam todo o sistema de direitos e garantias fundamentais já consolidados.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael da. **Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil**. In OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v22n2/1807-0191-op-22-2-0250.pdf>> Acesso em 08/08/2017.

ALVES, Gustavo Biasoli. **A democracia tem causas perdidas?** In Tempo e Ciência. V 20, nr 40. 2º semestres de 2013. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/10056/7260>> Acesso em 12/07/17.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2010**. – Brasília: TSE, 2011. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio-eleicoes-2010.pdf> Acesso em 09/08/17.

_____. **Relatório das eleições 2012** – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2013. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio-eleicoes-2012.pdf> Acesso em 09/08/17.

_____. **Relatório das eleições 2014** – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio-eleicoes-2014.pdf> Acesso em 09/08/17.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **Capital Social**. In A cultura importa/ Lawrence E. Harrison, Samuel P. Huntington/ tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, Lawrence E. **Por que a cultura é importante**. In A cultura importa/ Lawrence E. Harrison, Samuel P. Huntington/ tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Importância das Culturas**. In A cultura importa/ Lawrence E. Harrison, Samuel P. Huntington/ tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____ **O choque de civilizações: E a recomposição da ordem mundial.** Tradução de M. H. C. Côrtes. São Paulo: Objetiva, 1996.

INGLEHART, Ronald. **Cultura e Democracia.** In A cultura importa/ Lawrence E. Harrison, Samuel P. Huntington/ tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIPSET, Seymour Martins; LENZ, Gabriel Salman. In **A cultura importa/** Lawrence E. Harrison, Samuel P. Huntington/ tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia.** Tradução Peter Naumann. Revisão Paulo Bonavides. São Paulo: Max Limonad, 2003.

O'DONNELL, Guilherme. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa.** Tradução Vera Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHWAZTZMAN, Simon. **Coesão social, democracia e corrupção.** In Coesão Social na América Latina: Bases para uma Nova Agenda Democrática. Instituto Fernando Henrique Cardoso e Corporación de Estudios para Latinoamérica: 2008. Disponível em: < <http://fundacaofhc.org.br/files/papers/446.pdf> > Acesso em 12/06/17.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. **O desafio Latino-americano – Coesão Social e Democracia.** In Resumo e Sumário do Livro. Instituto Fernando Henrique Cardoso e Corporación de Estudios para Latinoamérica: 2008. Disponível em: < http://fundacaofhc.org.br/files/pdf/o_desafio_latino_americano_resumo_portugues.pdf > Acesso em 12/06/17.

KLIKSBURG, Bernardo. **O que significa viver na América Latina, a mais desigual das regiões? O caso da saúde pública.** In As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado/Amartya Sen e Bernardo Kliksberg. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.